

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
BCLV Comércio de Veículos S.A.
Ribeirão Preto - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BCLV Comércio de Veículos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BCLV Comércio de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório:

Fundo de comércio e direitos de concessão

A venda de veículos automotores, de via terrestre, foi efetivada através de contratos de concessões comerciais onerosos firmado entre as montadoras e a Companhia e suas controlada. Constitui objeto da concessão, além da comercialização de veículos automotores, implementos e componentes fabricados ou fornecidos pelas montadoras, a prestação de assistência técnica a esses produtos, inclusive quanto ao seu atendimento ou revisão e o uso gratuito de marcas dos concedentes, como identificação. O ônus pago pelas concessionárias as montadoras foram capitalizados no ativo intangível e a renovação do contrato é por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra sociedade.

Ademais, os valores representados como fundo de comércio são compostos de um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que facilitam o exercício da atividade mercantil. No caso do fundo de comércio detido pela Companhia e suas controladas os valores representam a possibilidade de comercializar seus veículos em alguns lugares estratégicos para seu negócio. O fundo de comércio não tem prazo para término do benefício, sendo ele condicionado apenas à saída da Companhia e suas controladas do lugar e, portanto, sua vida útil é indeterminada, não sendo amortizado.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível do direito de concessão e fundo de comércio envolvem a utilização de premissas e julgamentos por parte dos Administradores em relação à recuperabilidade dos referidos ativos.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos intangíveis incluíram, dentro outros: (i) avaliação da adequação das políticas de capitalização das concessões onerosas da Companhia e suas controladas; (ii) análise do contrato de concessão; (iii) análise dos pagamentos efetuados às montadoras; (iv) o entendimento e avaliação da metodologia e das premissas utilizadas nas projeções de recuperabilidade dos ativos intangíveis sem vida útil definida estimados pela Administração, além do confronto das bases utilizadas para a elaboração das projeções com os registros contábeis; e (v) avaliação da razoabilidade e recálculo das projeções relevantes, considerando as premissas estimadas pela Administração.

Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações das demonstrações contábeis.

Baseado nos procedimentos de auditoria que executamos sobre o registro e recuperabilidade desses ativos intangíveis, consideramos que, em consonância com as premissas utilizadas pela Administração, os valores de fundo de comércio e direito de concessão estão adequados conforme as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Revisão da vida útil e valor residual do ativo imobilizado

Conforme Nota Explicativa nº 16, às demonstrações contábeis, a Administração da Companhia e suas controladas revisa periodicamente as estimativas e premissas, tais como vida úteis e valores residuais, utilizadas para mensuração de seus ativos, em especial para determinar a vida útil econômica das máquinas, equipamentos e instalações, base para o cálculo dos encargos de depreciação.

Adicionalmente, a Administração da Companhia e suas controladas utiliza premissas e julgamentos para determinar o valor residual estimado de venda desses ativos no futuro. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos impactam de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda dos ativos. Dessa forma, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Realização dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2019, conforme Nota Explicativa nº 14, a Companhia e suas controladas possuem R\$ 5.152 mil de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. A análise da realização deste ativo fiscal diferido é significativa para nosso processo de auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações contábeis, e também pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros. Estas projeções são elaboradas com base em premissas altamente subjetivas e que são afetadas por expectativas futuras em relação as condições econômicas e de mercado e a realização desses créditos.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas de vida útil econômica e da determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações.

Avaliamos os julgamentos exercidos pela Administração e consideramos as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas para determinar a adequação da estimativa de vida útil econômica as máquinas, equipamentos e instalações e do valor residual esperado desses ativos com base nas estratégias e planos de negócios da Companhia e suas controladas. Recalculamos os encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício e o valor residual atribuído no registro inicial do ativo.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a determinação das estimativas de vida útil econômica e a determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento e avaliação da metodologia e das premissas utilizadas nas projeções de lucros tributários futuros estimados pela Administração, além do confronto das bases utilizadas para a elaboração das projeções com os registros contábeis; (ii) análise das adições e exclusões utilizadas como base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social; (iii) avaliação da razoabilidade e recálculo das projeções relevantes, considerando as premissas estimadas pela Administração; (iv) análise dos valores constituídos e realizados de crédito tributário nos últimos períodos; e (v) confronto do total das apurações com os registros contábeis.

Baseado nos procedimentos de auditoria que executamos sobre os créditos tributários, consideramos que, em consonância com as premissas utilizadas pela Administração, os valores de créditos tributários mantidos estão adequados conforme as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 23 de março de 2020.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Receita operacional líquida | 27 | 250.392 | 253.889 | 582.843 | 459.555 |
| Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados | 28 | (216.976) | (217.082) | (507.943) | (398.939) |
| Lucro bruto | | 33.416 | 36.807 | 74.900 | 60.616 |
| Receitas/(despesas) operacionais | | | | | |
| Despesas comerciais | 29 | (11.719) | (13.680) | (26.881) | (22.787) |
| Despesas gerais e administrativas | 30 | (19.910) | (23.463) | (34.410) | (32.381) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 15 | 4.677 | 1.019 | - | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | 31 | 823 | 9.559 | 2.104 | 9.502 |
| | | (26.129) | (26.565) | (59.187) | (45.666) |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | | 7.287 | 10.242 | 15.713 | 14.950 |
| Despesas financeiras | 32 | (15.324) | (13.449) | (19.835) | (15.102) |
| Receitas financeiras | 32 | 570 | 2.045 | 771 | 2.088 |
| Resultado financeiro líquido | | (14.754) | (11.404) | (19.064) | (13.014) |
| Resultado antes dos impostos | | (7.467) | (1.162) | (3.351) | 1.936 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 14 | - | - | (2.885) | (783) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 14 | 654 | (398) | 646 | (398) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | (6.813) | (1.560) | (5.590) | 755 |
| Resultado atribuído aos: | | | | | |
| Acionistas controladores | | - | - | (6.813) | (1.560) |
| Acionistas não controladores | | - | - | 1.223 | 2.315 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | - | - | (5.590) | 755 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (6.813) | (1.560) | (5.590) | 755 |
| Resultado abrangente total | (6.813) | (1.560) | (5.590) | 755 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

| | Nota | Atribuível aos acionistas controladores | | | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|----------------------------------|------|---|----------------------|-----------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| | | Capital social | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2018 | | 65.703 | (77.915) | (12.212) | 7.802 | (4.410) |
| Aumento de capital social | | 1.292 | - | 1.292 | - | 1.292 |
| Lucros distribuídos | | - | - | - | (1.968) | (1.968) |
| Prejuízo do exercício | | - | (1.560) | (1.560) | 2.315 | 755 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 26 | 66.995 | (79.475) | (12.480) | 8.149 | (4.331) |
| Integralização de capital social | | - | - | - | 490 | 490 |
| Prejuízo do exercício | | - | (6.813) | (6.813) | 1.223 | (5.590) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 26 | 66.995 | (86.288) | (19.293) | 9.862 | (9.431) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais | | | | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | (6.813) | (1.560) | (5.590) | 755 |
| Ajustes para conciliar o resultado do exercício ao fluxo de caixa operacional: | | | | | |
| Depreciação e amortização | | 6.887 | 4.277 | 12.500 | 5.035 |
| Resultado na venda de ativo imobilizado | | 3.332 | 13.832 | 4.205 | 13.934 |
| Resultado na baixa do ativo intangível | | 9.000 | 2.496 | 9.000 | 2.496 |
| Resultado na baixa do direito de uso de arrendamento | | 722 | - | 722 | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | | (4.677) | (1.019) | - | - |
| Juros provisionados de empréstimos e financiamentos | | 1.078 | 9.666 | 1.555 | 10.159 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (654) | 398 | (646) | 398 |
| Custo de transações das debêntures | | 161 | (1.197) | 161 | (1.197) |
| Variações em: | | | | | |
| (Redução)/aumento líquido em contas a receber e outros recebíveis | | 3.180 | (3.360) | (1.642) | (4.730) |
| Aumento líquido/(redução) em estoques | | 2.877 | (5.276) | (5.971) | (19.449) |
| Aumento líquido/(redução) em adiantamentos a fornecedor | | 3.124 | (106) | 2.732 | (587) |
| Redução em impostos a recuperar | | 1.810 | (887) | 2.373 | (1.534) |
| Aumento líquido em outros ativos circulantes | | 1.183 | 925 | 1.113 | 902 |
| Redução em depósitos judiciais e outros ativos não circulantes | | 268 | (563) | 235 | (668) |
| Redução em fornecedores | | (5.877) | 5.202 | 1.635 | 18.309 |
| Aumento líquido/(redução) em adiantamentos de clientes | | (3.033) | (14.990) | 124 | (14.699) |
| (Redução)/aumento líquido em salários, encargos sociais e tributos a recolher | | (1.189) | 555 | (377) | 1.561 |
| (Redução)/Aumento líquido em outras contas a pagar | | (209) | 209 | (1.881) | 1.720 |
| Juros pagos de financiamentos | | (1.078) | (9.666) | (1.556) | (10.158) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social pagos | | - | - | 86 | (161) |
| Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais | | 10.092 | (1.064) | 18.778 | 2.086 |
| Fluxo de caixa de atividades de investimento | | | | | |
| Aquisição de imobilizado | 16 | (3.657) | (10.923) | (11.519) | (13.019) |
| Aquisição de intangível | 17 | (1.100) | (576) | (15.372) | (7.961) |
| Direito de uso de arrendamento | 18 | (21.539) | - | (34.598) | - |
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento | | (26.296) | (11.499) | (61.489) | (20.980) |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | | 36.020 | 54.871 | 70.037 | 66.889 |
| Captação de debêntures | | - | 40.000 | - | 40.000 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | | (18.416) | (63.078) | (35.128) | (66.219) |
| Pagamento de debêntures | | (833) | (8.333) | (833) | (8.333) |
| Pagamento empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas | | (35.743) | (21.807) | (18.332) | (7.800) |
| Recebimento empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas | | 38.431 | 14.742 | 29.394 | 2.400 |
| Distribuição de lucros | | - | - | - | (1.968) |
| Aumento de capital social | | - | 1.292 | - | 1.292 |
| Integralização de capital social | | - | - | 490 | - |
| Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento | | 19.459 | 17.687 | 45.628 | 26.261 |
| Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | | 3.255 | 5.124 | 2.917 | 7.367 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | | 5.501 | 377 | 8.593 | 1.226 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | | 8.756 | 5.501 | 11.510 | 8.593 |
| Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | | 3.255 | 5.124 | 2.917 | 7.367 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A BCLV Comércio de Veículos S.A. (“Companhia”), localizada na Avenida Wladimir Meirelles Ferreira, 1.600, Jardim Botânico, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE, compreende uma rede de concessionárias especializadas em veículos premium. A Companhia tem como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; e locação de veículos próprios ou de terceiros (exceto arrendamento mercantil); intermediação de venda de veículos.

Durante o exercício de 2019, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 6.813 (R\$ 5.590 no consolidado) e em 31 de dezembro de 2019 o passivo circulante excede o ativo circulante em montante de R\$ 35.995 (R\$ 40.171 no consolidado) e possui patrimônio líquido negativo de R\$ 19.293 e (R\$ 9.431 no consolidado), respectivamente. Como forma de readequar o perfil da dívida, em novembro de 2018, a Companhia efetuou a segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de distribuição que foi destinada para o reperfilamento de passivos da Companhia. Foram emitidas R\$ 40 milhões de debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1 (um real), com vencimentos anuais a partir de 2019 e último vencimento em 5 de novembro de 2023.

A Administração entende que essas ações apresentam efeitos positivos na posição financeira da Companhia e suas controladas, garantindo-lhes plenas condições de continuar suas operações de forma crescente.

2. Entidades do grupo

| Controladas diretas | País | Participação | |
|----------------------------------|--------|--------------|--------|
| | | 2019 | 2018 |
| VSTM Comércio de Veículos Ltda. | Brasil | 76,96% | 76,96% |
| BMMOT Comércio de Veículos Ltda. | Brasil | 75,00% | 92,50% |

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis decontroladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

VSTM

A VSTM Comércio de Veículos Ltda., localizada na ST SGCV/SUL, lote 9, s/n, lojas 10 a 26, Guará, Brasília, Distrito Federal, é uma concessionária de veículos nacionais e importados. A empresa tem como objeto social o comércio de veículos/motocicletas (novos e usados) e peças/acessórios; comércio varejista de artigos do vestuário e souvenirs; consultoria em gestão de concessionárias de veículos; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores e intermediação de venda de veículos.

BMMOT

A BMMOT Comércio de Veículos Ltda., localizada na Rua Clodomiro Amazonas, 1000, Vila Nova Conceição, São Paulo, Estado de São Paulo, é uma concessionária de veículos nacionais e importados. A empresa tem como objeto social o comércio de veículos/motocicletas (novos e usados) e peças/acessórios; consultoria em gestão de concessionárias de veículos; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores e intermediação de venda de veículos.

Em fevereiro de 2019, a concessão de BMW Motos na cidade de São Paulo detida pela BMMOT foi vendida e em maio de 2019, a Companhia vendeu para a BMMOT os ativos e direito de concessão da marca Audi na cidade de São Paulo.

3. Base de consolidação

a. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c. Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

As controladas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, e detém o controle sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá a Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os investimentos em controladas, contabilizados com o uso desse método, são eliminados.

e. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BRGAAP), e segue os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2020. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas nas Notas Explicativas nº 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa nº 3 (a) - Consolidação - Determinação se a Companhia detém de fato o controle sob uma investida.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 14 - Ativos e passivos fiscais diferidos;
Nota explicativa nº 15 - Investimentos;
Nota explicativa nº 16 - Imobilizado;
Nota explicativa nº 18 - Direito de uso de arrendamento;
Nota explicativa nº 17 - Intangível; e
Nota explicativa nº 25 - Provisões para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar o valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa nº 33 - Instrumentos Financeiros.

7. Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

8. Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Receita operacional

(i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias (veículos novos e usados, peças, acessórios e agregados) no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada do produto vendido.

(ii) Bônus

O bônus recebido pela Companhia e suas controladas das montadoras de automóveis é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

(iii) Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- rendimento sobre aplicações financeiras;
- juros e multas recebidos;
- despesas bancárias;
- juros sobre financiamentos e debêntures;
- juros sobre arrendamento mercantil;
- impostos sobre operações financeiras;
- descontos concedidos;
- variações cambiais (ativa e passiva); e
- descontos obtidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo as peças valorizadas pelo critério do custo médio ponderado e os veículos pelo custo de aquisição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

| | |
|-------------------------|---------|
| Edificações | 60 anos |
| Máquinas e equipamentos | 10 anos |
| Móveis e utensílios | 10 anos |
| Veículos | 5 anos |
| Instalações | 10 anos |
| Benfeitorias | 5 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

(i) Software

As licenças de programas de computador ("softwares") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas pelo custo e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de 5 anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(ii) Fundo de comércio

O fundo de comércio é composto de um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que facilitam o exercício da atividade mercantil. No caso do fundo de comércio detido pela Companhia e suas controladas, os valores representam a possibilidade de comercializar seus veículos em alguns lugares estratégicos para seu negócio.

O fundo de comércio não tem prazo para término do benefício, sendo ele condicionado apenas à saída da Companhia do lugar e, portanto, sua vida útil é indeterminada, não sendo amortizado.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de impairment do fundo de comércio.

(iii) Direitos de concessão

Os direitos de concessão possuídos pela Companhia são direitos de comercializar certas marcas de automóveis premium em uma certa localização.

Os direitos de concessão são renovados por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra Companhia.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de impairment dos direitos de concessão.

h. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas são parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e outros ativos.

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização. Quando necessário, a Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (aqueles adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo) são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado;
- Custo amortizado: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes e outros passivos.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(iii) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide nota explicativa nº 25.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em unidades geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia concluir, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) Ativos arrendados

Os arrendamentos, em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos referentes aos arrendamentos mercantis operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, sendo reconhecidos como despesa à medida que os pagamentos das prestações contratuais são efetuados.

(iii) Pagamento de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

I. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

m. Mudanças nas principais práticas contábeis

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2019. Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresenta impactos nas demonstrações contábeis da Companhia. A Administração efetuou a adoção dos novos pronunciamentos conforme mencionado a seguir:

(a) CPC 06 R2/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Como resultado, um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuaram a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 R2/IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada inicialmente em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente.

i. Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento.

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi aplicada também a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019. No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais.

ii. Como arrendatário

A Companhia arrenda imóveis. Como arrendatário, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

▪ Transição

Anteriormente, a Companhia classificava arrendamentos de imóveis como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Alguns arrendamentos incluem uma opção de renovação após o final do período não cancelável. Alguns arrendamentos são ajustados por índices inflacionários, como IGP-M.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais, segundo o CPC 06(R2)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de atualização dos contratos da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de qualquer pagamento antecipado ou acumulado do arrendamento. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme estão demonstrados na Nota Explicativa nº 18.

(b) ICPC 22/ IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações contábeis, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 / IFRS 3); e
- Definição de materialidade (emendas ao CPC26 / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8).

10. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|--------------|--------------|---------------|--------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Caixa e saldo bancário | 1.765 | 775 | 3.554 | 3.255 |
| Aplicações financeiras | 6.991 | 4.726 | 7.956 | 5.338 |
| | <u>8.756</u> | <u>5.501</u> | <u>11.510</u> | <u>8.593</u> |

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e suas controladas e saldos em poder de bancos.

A exposição da Companhia e de suas controladas a risco de crédito e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 33.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Duplicatas a receber | 4.749 | 5.637 | 7.736 | 9.988 |
| Partes relacionadas (nota explicativa nº21) | 25 | 1.937 | 24 | 400 |
| Cartões a receber | 2.329 | 2.555 | 9.095 | 5.101 |
| Outros créditos | 1.147 | 1.301 | 1.746 | 1.470 |
| | <u>8.250</u> | <u>11.430</u> | <u>18.601</u> | <u>16.959</u> |

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2019 não possuíam nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

O saldo de provisão para perdas por valor recuperável (impairment) registrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 738 (R\$ 1.023 em 2018).

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável assim como a composição por vencimento relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº 33.

12. Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Veículos novos | 19.620 | 21.888 | 42.890 | 42.359 |
| Veículos usados | 4.036 | 3.920 | 12.538 | 7.903 |
| Motos novas | 1.193 | 1.299 | 2.933 | 2.990 |
| Motos usadas | 247 | 55 | 731 | 278 |
| Peças e acessórios | 2.008 | 2.835 | 5.576 | 5.183 |
| Outros | 173 | 157 | 173 | 157 |
| | <u>27.277</u> | <u>30.154</u> | <u>64.841</u> | <u>58.870</u> |

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição para as peças e acessórios e o custo de aquisição específico de cada item para os veículos e motos e não excedem ao valor de realização.

O valor reconhecido como provisão para perda no estoque no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.595 (R\$ 2.041 em 2018).

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Outros ativos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|-------------|--------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Adiantamentos diversos | 52 | 92 | 144 | 136 |
| Contas a receber por empréstimos a coligadas (nota explicativa nº 21) | - | 1.125 | - | 1.125 |
| Despesas antecipadas | 55 | 73 | | 105 |
| Outras contas a receber | - | - | 109 | - |
| | <u>107</u> | <u>1.290</u> | <u>253</u> | <u>1.366</u> |

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado

| Controladora | Ativo/(Passivo) | | Resultado | |
|---|-----------------|--------------|------------|--------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Provisão para contingências | 222 | 222 | - | - |
| Provisão para valor não realizável nos estoques | 543 | 695 | (153) | - |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 251 | 348 | (97) | - |
| Prejuízo fiscal a compensar | 3.716 | 3.716 | - | - |
| Custo de transação | (379) | (476) | 97 | (398) |
| Operações de SWAP | 857 | - | 857 | - |
| Arrendamento mercantil | (50) | - | (50) | - |
| Total | <u>5.160</u> | <u>4.505</u> | <u>654</u> | <u>(398)</u> |

| Consolidado | Ativo/(Passivo) | | Resultado | |
|---|-----------------|--------------|------------|--------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Provisão para contingências | 222 | 222 | - | - |
| Provisão para valor não realizável nos estoques | 543 | 695 | (153) | - |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 251 | 348 | (97) | - |
| Prejuízo fiscal a compensar | 3.716 | 3.716 | - | - |
| Custo de transação | (379) | (476) | 97 | (398) |
| Operações de SWAP | 857 | - | 857 | - |
| Arrendamento mercantil | (58) | - | (58) | - |
| Total | <u>5.152</u> | <u>4.505</u> | <u>646</u> | <u>(398)</u> |

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os débitos tributários dos impostos diferidos são constituídos para refletir os efeitos fiscais futuros com base nas adições e exclusões fiscais temporárias ao lucro contábil na apuração do lucro real.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2019, ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos prejuízos acumulados no montante de R\$ 26.378 (R\$ 26.020 em 2018), pois a Administração considera que não é provável que lucros tributáveis futuros venham estar disponíveis. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes (a pagar) são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo, quando aplicável, os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente. O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------|-------------|-------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Reconciliação da taxa efetiva | | | | |
| Resultado do exercício antes dos impostos | (7.467) | (1.162) | (3.351) | 1.936 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Crédito (despesa) com imposto à alíquota nominal | 2.539 | 395 | 1.139 | (658) |
| Ajuste do imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferido não reconhecidos | (358) | (551) | (426) | (551) |
| Despesas não dedutíveis / Receitas não tributáveis | (1.519) | (140) | (1.449) | 130 |
| Outros | (7) | (102) | (1.503) | (102) |
| Imposto corrente | - | - | (2.885) | (783) |
| Imposto diferido | 654 | (398) | 646 | (398) |
| Alíquota efetiva | -9% | 34% | 67% | -61% |

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

15. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um ganho de R\$ 4.677 de resultado com equivalência patrimonial (R\$ 1.019 em 2018).

Nenhuma das controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|---------------|---------------|-------------|----------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| VSTM Comércio de Veículos Ltda. | 32.410 | 28.410 | - | - |
| BMMOT Comércio de Veículos Ltda. | 2.651 | 1.974 | - | - |
| | <u>35.061</u> | <u>30.384</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Participação | Ativos circulantes | Ativos não circulantes | Total de ativos | Passivos circulantes | Passivos não circulantes | Total de passivos | Ativo Líquido Total | Participação no Ativo Líquido Outros (i) | Participação no Ativo Líquido | Receitas | Despesas | Lucro ou prejuízo | Equivalência patrimonial |
|----------------------------------|--------------|--------------------|------------------------|-----------------|----------------------|--------------------------|-------------------|---------------------|---|-------------------------------|----------------|------------------|-------------------|--------------------------|
| 31 de dezembro de 2019 | | | | | | | | | | | | | | |
| VSTM Comércio de Veículos Ltda. | 76,96% | 37.892 | 57.162 | 95.054 | 46.892 | 6.605 | 53.497 | 41.557 | 555 | 32.410 | 277.016 | (271.819) | 5.197 | 4.001 |
| BMMOT Comércio de Veículos Ltda. | 75,00% | <u>14.070</u> | <u>13.440</u> | <u>27.510</u> | <u>11.528</u> | <u>12.366</u> | <u>23.894</u> | <u>3.616</u> | <u>(81)</u> | <u>2.651</u> | <u>60.850</u> | <u>(60.148)</u> | <u>702</u> | <u>676</u> |
| | | <u>51.962</u> | <u>70.602</u> | <u>122.564</u> | <u>58.420</u> | <u>18.971</u> | <u>77.391</u> | <u>45.173</u> | <u>474</u> | <u>35.061</u> | <u>337.866</u> | <u>(331.967)</u> | <u>5.899</u> | <u>4.677</u> |
| 31 de dezembro de 2018 | | | | | | | | | | | | | | |
| VSTM Comércio de Veículos Ltda. | 76,96% | 34.829 | 38.408 | 73.237 | 33.878 | 3.000 | 36.878 | 36.359 | 555 | 28.410 | 177.340 | (173.794) | 3.546 | 1.214 |
| BMMOT Comércio de Veículos Ltda. | 92,50% | <u>5.536</u> | <u>920</u> | <u>6.456</u> | <u>4.282</u> | <u>-</u> | <u>4.282</u> | <u>2.174</u> | <u>(39)</u> | <u>1.974</u> | <u>30.990</u> | <u>(31.201)</u> | <u>(211)</u> | <u>(195)</u> |
| | | <u>40.365</u> | <u>39.328</u> | <u>79.693</u> | <u>38.160</u> | <u>3.000</u> | <u>41.160</u> | <u>38.533</u> | <u>516</u> | <u>30.384</u> | <u>208.330</u> | <u>(204.995)</u> | <u>3.335</u> | <u>1.019</u> |

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

16. Imobilizado

| | Controladora | | | | | | | | Total |
|---------------------------------|--------------|-------------------------|---------------------|----------|----------|-------------|--------------|--------------------|----------|
| | Edificações | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Veículos | Terrenos | Instalações | Benfeitorias | Obras em andamento | |
| Custo | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 3.840 | 13.737 | 7.175 | 3.798 | 5.033 | 846 | 10.152 | 4.115 | 48.696 |
| Adições | - | 863 | 459 | 2.405 | - | 173 | 4.468 | 2.556 | 10.924 |
| Baixas | (6.658) | (1.600) | (711) | (1.816) | - | (521) | (4.639) | (2.350) | (18.295) |
| Transferências | 4.321 | - | - | - | - | - | - | (4.321) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 1.503 | 13.000 | 6.923 | 4.387 | 5.033 | 498 | 9.981 | - | 41.325 |
| Adições | - | 966 | 607 | 161 | - | 80 | 1.843 | - | 3.657 |
| Baixas | - | (1.280) | (988) | (1.440) | - | (92) | (4.714) | - | (8.514) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 1.503 | 12.686 | 6.542 | 3.108 | 5.033 | 486 | 7.110 | - | 36.468 |
| Depreciação | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | (693) | (8.960) | (3.962) | (3.595) | - | (356) | (6.067) | - | (23.633) |
| Adições | (42) | (992) | (619) | (376) | - | (53) | (1.650) | - | (3.732) |
| Baixas | 479 | 631 | 244 | 652 | - | 141 | 2.314 | - | 4.461 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (256) | (9.321) | (4.337) | (3.319) | - | (268) | (5.403) | - | (22.904) |
| Adições | (34) | (866) | (588) | (251) | - | (43) | (1.308) | - | (3.090) |
| Baixas | - | 673 | 470 | 617 | - | 29 | 3.393 | - | 5.182 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (290) | (9.514) | (4.455) | (2.953) | - | (282) | (3.318) | - | (20.812) |
| Valor líquido contábil | | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 1.247 | 3.679 | 2.586 | 1.068 | 5.033 | 230 | 4.578 | - | 18.421 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 1.213 | 3.172 | 2.087 | 155 | 5.033 | 204 | 3.792 | - | 15.656 |

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Consolidado | | | | | | | | |
|---------------------------------|-------------|-------------------------|---------------------|----------|----------|-------------|--------------|--------------------|----------|
| | Edificações | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Veículos | Terrenos | Instalações | Benfeitorias | Obras em andamento | Total |
| Custo | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 3.840 | 16.375 | 8.665 | 3.820 | 5.033 | 985 | 10.791 | 4.115 | 53.624 |
| Adições | - | 1.720 | 741 | 2.405 | - | 388 | 5.210 | 2.556 | 13.020 |
| Baixas | (6.658) | (1.605) | (712) | (1.816) | - | (521) | (4.740) | (2.350) | (18.402) |
| Transferências | 1.720 | 741 | 2.405 | - | 388 | 5.210 | 2.556 | 13.020 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 1.503 | 16.490 | 8.694 | 4.409 | 5.033 | 852 | 11.261 | - | 48.242 |
| Adições | - | 2.363 | 1.330 | 340 | - | 104 | 6.735 | 647 | 11.519 |
| Baixas | - | (1.786) | (1.293) | (1.440) | - | (228) | (4.788) | (8) | (9.543) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 1.503 | 17.067 | 8.731 | 3.309 | 5.033 | 728 | 13.208 | 639 | 50.218 |
| Depreciação | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | (693) | (9.107) | (4.033) | (3.601) | - | (362) | (6.150) | - | (23.946) |
| Adições | (42) | (1.377) | (781) | (381) | - | (75) | (1.827) | - | (4.483) |
| Baixas | 479 | 631 | 244 | 652 | - | 141 | 2.318 | - | 4.465 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (256) | (9.853) | (4.570) | (3.330) | - | (296) | (5.659) | - | (23.964) |
| Adições | (34) | (1.390) | (784) | (262) | - | (68) | (1.862) | - | (4.400) |
| Baixas | - | 758 | 516 | 617 | - | 47 | 3.402 | - | 5.338 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (290) | (10.485) | (4.838) | (2.975) | - | (317) | (4.119) | - | (23.026) |
| Valor líquido contábil | | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 1.247 | 6.637 | 4.124 | 1.079 | 5.033 | 556 | 5.602 | - | 24.278 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 1.213 | 6.582 | 3.893 | 334 | 5.033 | 411 | 9.089 | 639 | 27.194 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

a. Análise do valor de recuperação

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia e suas controladas avaliaram e concluíram que não existem indícios de impairment para seu ativo imobilizado.

b. Obras em andamento

A investida VSTM Comércio de Veículos Ltda., por contrato de cessão de uso de espaço, destinado para exploração comercial de revenda de automóveis, peças/acessórios e serviços automotivos, construirá no Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek, uma nova filial para comercialização da marca Porsche.

O contrato tem vigência de 10 anos e seu valor total (trazido a valor presente) foi reconhecido no ativo como Direito de Uso e a obrigação de efetuar pagamentos como passivo de arrendamento.

17. Intangível

| | Controladora | | | | Total |
|---------------------------------|----------------|-----------------------|----------------------|-------------------|----------------|
| | Software | Direitos de concessão | Direitos de nome (i) | Marcas e patentes | |
| Custo | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 2.677 | 11.477 | - | 342 | 14.496 |
| Adições | 542 | - | - | 34 | 576 |
| Baixas | (84) | (2.477) | - | (19) | (2.580) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | <u>3.135</u> | <u>9.000</u> | <u>-</u> | <u>357</u> | <u>12.492</u> |
| Adições | 495 | - | 600 | 4 | 1.100 |
| Baixas | (2.916) | (9.000) | - | - | (11.916) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | <u>714</u> | <u>-</u> | <u>600</u> | <u>361</u> | <u>1.675</u> |
| Amortização | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | (2.571) | - | - | - | (2.571) |
| Adições | (548) | - | - | - | (548) |
| Baixas | 84 | - | - | - | 84 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | <u>(3.035)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(3.035)</u> |
| Adições | (483) | - | (450) | - | (933) |
| Baixas | 2.916 | - | - | - | 2.916 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | <u>(601)</u> | <u>-</u> | <u>(450)</u> | <u>-</u> | <u>(1.052)</u> |
| Valor líquido contábil | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 100 | 9.000 | - | 357 | 9.457 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 112 | - | 150 | 361 | 623 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

- (i) Em 30 de maio de 2019, a Companhia iniciou o pagamento junto ao Botafogo Futebol S.A. valor oriundo de contrato de cessão de direito de uso da área destacada no Estádio Santa Cruz onde serão realizados shows e eventos. Pelo contrato, a Companhia assume condição de cessionária de direito real de uso de áreas com divulgação de marca, consubstanciado em "Naming Rights", de modo que terá o direito de associar, de forma exclusiva, sua marca ao nome da Arena (ARENA EUROBIKE). Em contrapartida ao direito e benefícios previstos no contrato, a Companhia pagará ao Botafogo a remuneração de R\$ 600 em doze parcelas mensais.

| | Consolidado | | | | Total |
|---------------------------------|----------------|-----------------------|------------------|-------------------|----------------|
| | Software | Direitos de concessão | Direitos de nome | Marcas e patentes | |
| Custo: | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 2.677 | 37.464 | - | 342 | 40.483 |
| Adições | 628 | 7.300 | - | 34 | 7.962 |
| Baixas | (84) | (2.477) | - | (19) | (2.580) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | <u>3.221</u> | <u>42.287</u> | <u>-</u> | <u>357</u> | <u>45.865</u> |
| Adições | 502 | 14.266 | 600 | 4 | 15.372 |
| Baixas | (2.916) | (9.000) | - | - | (11.916) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | <u>807</u> | <u>47.553</u> | <u>600</u> | <u>361</u> | <u>49.321</u> |
| Amortização: | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | (2.571) | - | - | - | (2.571) |
| Adições | (555) | - | - | - | (555) |
| Baixas | 84 | - | - | - | 84 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | <u>(3.042)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(3.042)</u> |
| Adições | (562) | - | (450) | - | (1.012) |
| Baixas | 2.916 | - | - | - | 2.916 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | <u>688</u> | <u>-</u> | <u>(450)</u> | <u>-</u> | <u>(1.138)</u> |
| Valor líquido contábil | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 179 | 42.287 | 42.287 | 357 | 42.823 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 119 | 47.553 | 150 | 361 | 48.183 |

Em 24 de setembro de 2019, a investida VSTM Comércio de Veículos Ltda. firmou contrato de compra da concessão e concessionária da marca BMW Motos na cidade de Brasília, no montante de R\$ 6.000, a serem pagos após anuência ("data do fechamento") da montadora.

a. Análise do valor de recuperação

Anualmente, a Companhia e suas controladas determinam os valores recuperáveis dos ativos intangíveis de vida útil indefinida, relacionados aos saldos de direito de concessão, com base em seu valor de uso. A Companhia e suas controladas realizaram cálculo detalhado do valor recuperável de tais ativos em 31 de dezembro de 2019 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações contábeis.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável foram a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e margem EBIT.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

b. Direitos de concessão

Os valores registrados no ativo intangível, como direitos de concessão referem se exclusivamente a concessões adquiridas de outros concessionários, que por sua vez possuem prazo indeterminado.

Os valores determinados para as premissas chave representou a avaliação da Administração às tendências futuras no comércio de veículos premium e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem a média ponderada dos testes de recuperação calculados:

| | 2019 | 2018 |
|---|-------|-------|
| Taxa de desconto | 7,77% | 7,77% |
| Taxa de crescimento (perpetuidade) | 1,90% | 1,90% |
| Margem EBIT (média ponderada para os próximos cinco anos) | 1,27% | 1,27% |

18. Direito de uso do arrendamento e passivo de arrendamento

| | Controladora | |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| | Edifícios | Total |
| Reconhecimento inicial em 01/01/19 | 20.504 | 20.504 |
| Adições no exercício | 1.035 | 1.035 |
| Baixas no exercício | (893) | (893) |
| Depreciação acumulada no exercício | (2.692) | (2.692) |
| Saldo contábil líquido em 31/12/19 | <u>17.954</u> | <u>17.954</u> |
| Custo | 20.646 | 20.646 |
| Depreciação acumulada no exercício | (2.692) | (2.692) |
| Saldo contábil líquido em 31/12/19 | <u>17.954</u> | <u>17.954</u> |
| | Consolidado | |
| | Edifícios | Total |
| Reconhecimento inicial em 01/01/19 | 27.824 | 27.824 |
| Adições no exercício | 6.774 | 6.774 |
| Baixas no exercício | (893) | (893) |
| Depreciação acumulada no exercício | (6.917) | (6.917) |
| Saldo contábil líquido em 31/12/19 | <u>26.788</u> | <u>26.788</u> |
| Custo | 33.705 | 33.705 |
| Depreciação acumulada no exercício | (6.917) | (6.917) |
| Saldo contábil líquido em 31/12/19 | <u>26.788</u> | <u>26.788</u> |

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pelas taxas de 7,55% ao ano, correspondente ao acumulado do IGP-M no ano de 2018. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos com prazo médio de 5 anos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado abaixo:

| | Controladora | |
|--|---------------|---------------|
| | Edifícios | Total |
| Reconhecimento inicial em 01/01/19 | 28.337 | 28.337 |
| Adições no exercício | 1.291 | 1.291 |
| Baixas no exercício | (727) | (727) |
| Parcelas do arrendamento no exercício | (2.982) | (2.982) |
| Reconhecimento inicial de juros a incorrer em 01/01/19 | (7.833) | (7.833) |
| Adições no exercício | (255) | (255) |
| Juros sobre arrendamento no exercício | 99 | 99 |
| Saldo contábil líquido em 31/12/19 | <u>17.930</u> | <u>17.930</u> |
| Circulante | | 2.752 |
| Não circulante | | 15.178 |

| | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|
| | Edifícios | Total |
| Reconhecimento inicial em 01/01/19 | 36.642 | 36.642 |
| Adições no exercício | 8.810 | 8.810 |
| Baixas no exercício | (727) | (727) |
| Parcelas do arrendamento no exercício | (7.375) | (7.375) |
| Reconhecimento inicial de juros a incorrer em 01/01/19 | (8.818) | (8.818) |
| Adições no exercício | (2.036) | (2.036) |
| Juros sobre arrendamento no exercício | 253 | 253 |
| Saldo contábil líquido em 31/12/19 | <u>26.749</u> | <u>26.749</u> |
| Circulante | | 6.703 |
| Não circulante | | 20.046 |

Os juros sobre arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo estão distribuídos:

| | R\$ | |
|----------------|---------------|---------------|
| | Controladora | Consolidado |
| 2021 | 2.579 | 3.887 |
| 2022 | 2.568 | 3.689 |
| 2023 | 2.568 | 3.284 |
| 2024 em diante | 7.463 | 9.186 |
| | <u>15.178</u> | <u>20.046</u> |

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, com uma redução de R\$ 18 (R\$ 33 no consolidado) em 2019.

Com relação aos impostos, há um efeito temporal no imposto de renda e na contribuição social, uma vez que os valores reconhecidos são ajustados na base do lucro real, o qual se realizará à medida que os contratos de locações forem se realizando. E para os impostos recuperáveis PIS/COFINS, continuamos reconhecendo no resultado os créditos com base no pagamento das contraprestações.

Para fins tributários, é assegurado a neutralidade, tanto para imposto de renda e contribuição social, como para tomada de créditos de PIS/COFINS, não havendo, portanto, impacto na apuração dos respectivos impostos.

19. Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Fornecedores de veículos | 20.800 | 26.287 | 42.842 | 46.277 |
| Fornecedores de veículos - partes relacionadas (Nota explicativa nº 21) | - | - | - | - |
| Fornecedores de peças | 2.148 | 2.513 | 4.211 | 4.710 |
| Fornecedores diversos | 1.108 | 1.134 | 7.046 | 1.478 |
| Fornecedores diversos - partes relacionadas (Nota explicativa nº 21) | 44 | 43 | 44 | 43 |
| | <u>24.100</u> | <u>29.977</u> | <u>54.143</u> | <u>52.508</u> |

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 33.

20. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

Para mais informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 33.

| Modalidade | Moeda | Indexador | Encargos | Ano de vencimento | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------|-----------|-------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | | | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Capital de giro | R\$ | CDI | 6,17% a.a. | 2020 | 16.000 | 16.000 | 16.000 | 16.000 |
| Capital de giro | R\$ | - | 10,30% a.a. | 2021 | - | - | 2.975 | - |
| Conta garantida | R\$ | CDI | 29,05% a.a. | 2020 | 2.646 | 779 | 7.841 | 2.424 |
| Conta garantida | R\$ | - | 23,29% a.a. | 2019 | - | 2.674 | - | 2.674 |
| Cédula de Crédito Bancário | R\$ | - | 42,09% a.a. | 2020 / 2022 | 3.152 | 6.447 | 6.295 | 7.879 |
| Títulos descontados | R\$ | - | 26,53% a.a. | 2020 | 1.257 | - | 1.257 | - |
| Conta corrente entre partes relacionadas (Nota explicativa nº 21) | R\$ | - | - | - | 3.345 | 97 | 813 | - |
| Operações de SWAP | R\$ | CDI | 102,15% | 2023 | 2.519 | - | 2.519 | - |
| Empréstimos entre partes relacionadas (Nota explicativa nº 21) | R\$ | CDI | 10,42% a.a. | 2020 / 2022 | 13.556 | 26.816 | 25.316 | 27.616 |
| Empréstimos entre partes relacionadas (Nota explicativa nº 21) | R\$ | - | 12,88% a.a. | 2020 - 2022 | 13.800 | 1.100 | 19.700 | 6.900 |
| | | | | | <u>56.275</u> | <u>53.913</u> | <u>82.716</u> | <u>63.493</u> |
| Circulante | | | | | (41.625) | (25.997) | (53.971) | (32.577) |
| Não circulante | | | | | 14.650 | 27.916 | 28.745 | 30.916 |

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2019, o cronograma de amortização da dívida era o seguinte:

| Exercício | Controladora | | Consolidado | |
|-------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| 2019 | - | 25.997 | - | 32.577 |
| 2020 | 41.625 | - | 53.971 | - |
| 2021 a 2022 | 14.650 | 27.916 | 28.745 | 30.916 |
| | <u>56.275</u> | <u>53.913</u> | <u>82.716</u> | <u>63.493</u> |

Garantias

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval e imóveis do controlador.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

21. Debêntures

| Modalidade | Moeda | Indexador | Encargos | Ano de vencimento | Controladora e Consolidado | |
|-------------------------|-------|-----------|---------------------|-------------------|----------------------------|---------------|
| | | | | | 2019 | 2018 |
| Debêntures - 1ª emissão | R\$ | CDI | 9,56% a.a. | 2019 | - | 8.136 |
| Debêntures - 2ª emissão | R\$ | CDI | Variação 102,15% | 2023 | 37.934 | - |
| | | | | | <u>37.934</u> | <u>38.605</u> |
| Circulante | | | | | 9.685 | 550 |
| Não circulante | | | | | 28.249 | 38.055 |

Em 05 de fevereiro de 2013, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação. Foram emitidas 50 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, a partir de 2014 e último vencimento em 15 de fevereiro de 2018, aditado para 2019. Em outubro de 2018, foi aprovado o resgate antecipado pela Ata de Assembleia Geral, tendo sido liberado o pagamento do prêmio de resgate.

Em 05 de novembro de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$ 40.000. Foram emitidas 40 milhões de debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1 (um real), com vencimentos a partir de 2019 e último vencimento em 5 de novembro de 2023. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à 102,15% da variação acumulada do CDI.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagável mensalmente, iniciando a partir de janeiro de 2019 até dezembro de 2023.

Cláusulas contratuais (covenants)

O contrato contém covenants que estabelecem ao final de cada exercício social a relação da Dívida Líquida x EBITDA calculadas com base nas demonstrações contábeis individuais anuais.

O contrato referente à segunda emissão também prevê a manutenção do mesmo índice financeiro, que estabelece ao final de cada exercício social que a relação da Dívida Líquida x EBITDA calculada com base nas demonstrações contábeis anuais consolidadas e auditadas, seja igual ou inferior a 2,5, durante todo o período de vigência das debêntures.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia cumpriu com todos os índices financeiros exigidos em cláusula restritiva (covenants) da segunda emissão das debentures.

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2019, o cronograma de amortização das debêntures era o seguinte:

| Período | 2019 | 2018 |
|---------|---------------|---------------|
| 2019 | - | 550 |
| 2020 | 9.685 | 9.716 |
| 2021 | 9.685 | 9.716 |
| 2022 | 9.685 | 9.716 |
| 2023 | 8.879 | 8.907 |
| | <u>37.934</u> | <u>38.605</u> |

Garantias

Para as debêntures (segunda emissão), foram concedidas como garantia dois imóveis localizados em São José do Rio Preto e Uberlândia, todos de propriedade da VISMOB Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.

22. Partes relacionadas

a. Controlador

Em 31 de dezembro de 2019, 99,9% (idêntico em 31 de dezembro de 2018) das ações da Companhia pertencem à Henry Visconde, que detém o controle da Companhia.

b. Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração de pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Em 2019, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção da Companhia e suas controladas totalizou R\$ 2.124 (R\$ 1.932 em 31 de dezembro de 2018).

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, são apresentados a seguir:

| | Ativos | | Controladora | | Resultado | |
|---|-----------|--------------|-----------------|-----------------|----------------|----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Ativo | | | | | | |
| Contas a receber (a) - Nota explicativa nº 11 | | | | | | |
| Henry Visconde | 24 | - | - | - | 44 | 842 |
| BVGE Comércio de Veículos Ltda. | - | - | - | - | - | 57 |
| VBCP Comércio de Veículos Ltda. | - | - | - | - | - | 57 |
| VSTM Comércio de Veículos Ltda. | 1 | 1.470 | - | - | 1.079 | 2.393 |
| BMMOT Comércio de Veículos Ltda. | - | 67 | - | - | 15.201 | 929 |
| BBAG Comércio de Veículos Ltda. | - | 400 | - | - | 486 | 1.371 |
| ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. | - | - | - | - | 1.437 | 496 |
| VISMOB Empr. Imobiliários e Participações Ltda. | - | - | - | - | 4 | 269 |
| Pulsare Comércio de Veículos Ltda. | - | - | - | - | - | 357 |
| Total de contas a receber - Nota explicativa nº 11 | 25 | 1.937 | - | - | 18.251 | 6.771 |
| Outros ativos (e) - Nota explicativa nº 13 | | | | | | |
| Pulsare Comércio de Veículos Ltda. | - | 1.125 | - | - | - | - |
| Total do ativo | 25 | 3.062 | - | - | 18.251 | 6.771 |
| Passivo | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | | |
| VSTM Comércio de Veículos Ltda. (e) | - | - | (2.179) | (97) | - | - |
| BMMOT Comércio de Veículos Ltda. (e) | - | - | (353) | - | - | - |
| BBAG Comércio de Veículos Ltda. (e) | - | - | (813) | - | - | - |
| Mútuo financeiro a pagar (c) - Nota explicativa nº 19 | - | - | (27.356) | (27.916) | (1.197) | (3.147) |
| | - | - | (30.701) | (28.013) | (1.197) | (3.147) |
| Fornecedores | | | | | | |
| Fornecedores diversos | | | | | | |
| VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda. (b) | - | - | (12) | (11) | (140) | (153) |
| ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. (b) | - | - | (32) | (32) | (403) | (400) |
| | - | - | (44) | (43) | (543) | (553) |
| Fornecedores de peças (a) | | | | | | |
| Pulsare Comércio de Veículos Ltda. (a) | - | - | - | - | - | (169) |
| VBCP Comércio de Veículos Ltda. (a) | - | - | - | - | - | (6) |
| VSTM Comércio de Veículos Ltda. (a) | - | - | - | - | (58) | (82) |
| BVGE Comércio de Veículos Ltda. (a) | - | - | - | - | - | (59) |
| BMMOT Comércio de Veículos Ltda. (a) | - | - | - | - | (33) | (36) |
| | - | - | - | - | (91) | (352) |
| Fornecedores de veículos (d) | | | | | | |
| ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. | - | - | - | - | - | (324) |
| BMMOT Comércio de Veículos Ltda. | - | - | - | - | (748) | - |
| | - | - | - | - | (748) | (324) |
| Total de fornecedores - Nota explicativa nº 18 | - | - | (44) | - | (1.382) | (1.230) |
| Total do passivo | - | - | (30.745) | (28.056) | (2.579) | (4.377) |

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Consolidado | | | | | |
|---|-------------|--------------|-----------------|-----------------|----------------|----------------|
| | Ativo | | Passivo | | Resultado | |
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Ativo | | | | | | |
| Contas a receber (a) - Nota explicativa nº 11 | | | | | | |
| Henry Visconde | 24 | - | - | - | 65 | 842 |
| BVGE Comércio de Veículos Ltda. | - | - | - | - | - | 57 |
| VBCP Comércio de Veículos Ltda. | - | - | - | - | - | 57 |
| BBAG Comércio de Veículos Ltda. | - | 400 | - | - | 507 | 1.371 |
| ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. | - | - | - | - | 2.132 | 496 |
| VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda. | - | - | - | - | 524 | 269 |
| Pulsare Comércio de Veículos Ltda. | - | - | - | - | - | 357 |
| Total de contas a receber - Nota explicativa nº 11 | 24 | 400 | - | - | 3.228 | 3.449 |
| Outros ativos (e) - Nota explicativa nº 13 | | | | | | |
| Pulsare Comércio de Veículos Ltda. | - | 1.125 | - | - | - | - |
| Total do ativo | 24 | 1.525 | - | - | 3.228 | 3.449 |
| Passivo | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | | |
| BBAG Comércio de Veículos Ltda. (e) | - | - | (813) | - | - | - |
| Mútuo financeiro a pagar (c) - Nota explicativa nº 19 | - | - | (45.016) | (34.516) | (2.698) | (3.369) |
| | - | - | (45.829) | (34.516) | (2.698) | (3.369) |
| Fornecedores | | | | | | |
| Fornecedores diversos (b) | | | | | | |
| VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda. (b) | - | - | (12) | (11) | (140) | (153) |
| ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. (b) | - | - | (32) | (32) | (403) | (400) |
| | - | - | (44) | (43) | (543) | (553) |
| Fornecedores de peças (a) | | | | | | |
| BVGE Comércio de Veículos Ltda. (a) | - | - | - | - | - | (59) |
| VBCP Comércio de Veículos Ltda. (a) | - | - | - | - | - | (6) |
| Pulsare Comércio de Veículos Ltda. (a) | - | - | - | - | - | (169) |
| | - | - | - | - | - | (234) |
| Fornecedores de veículos (d) | | | | | | |
| Henry Visconde | - | - | - | - | (174) | - |
| ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. | - | - | - | - | - | (324) |
| | - | - | - | - | (174) | (324) |
| Total de fornecedores - Nota explicativa nº 18 | - | - | (44) | - | (717) | (1.111) |
| Total do passivo | - | - | (45.873) | (34.559) | (3.415) | (4.480) |

- (a) Transações comerciais de venda e compra de mercadorias e prestação de serviços no curso normal das operações.
- (b) Refere-se à locação de imóveis para operação da Companhia e suas controladas.
- (c) Mútuos financeiros tomados junto a membros próximos dos acionistas (controladores e não controladores) sendo corrigidos a taxa variável do CDI mensal e registrado no resultado em despesas financeiras.
- (d) Refere-se à compra e venda de veículos.
- (e) Contrato de conta corrente firmado entre as empresas do grupo para suprir necessidades de capital de giro, sem incidência de juros.

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia são concedidos como garantias imóveis e aval do controlador (Notas Explicativas nº 19 e 20).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

23. Adiantamentos de clientes

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Adiantamentos de clientes de veículos | 687 | 3.136 | 6.933 | 6.613 |
| Adiantamentos de clientes de pós-vendas | 128 | 712 | 869 | 1.065 |
| | <u>815</u> | <u>3.848</u> | <u>7.802</u> | <u>7.678</u> |

24. Salários, encargos sociais e tributos a recolher

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Provisão de férias e 13º salário | 735 | 1.251 | 1.866 | 1.884 |
| Salários e encargos sociais | 604 | 840 | 1.576 | 1.368 |
| Tributos a recolher | 601 | 870 | 1.219 | 1.618 |
| | <u>1.940</u> | <u>2.961</u> | <u>4.661</u> | <u>4.870</u> |

No passivo não circulante, o saldo de R\$ 421 em "Tributos a recolher" trata-se de parcelamento de ICMS referente a autos de infração sofridos pela BVAC Comércio de Veículos Ltda., empresa incorporada pela Companhia em outubro de 2015.

Em maio de 2018, as três impugnações sobre referidos autos da BVAC tiveram decisões administrativas desfavoráveis. Pelas chances de êxito serem remotas em eventual ação judicial, a Companhia optou pelo parcelamento em 60 meses dessas impugnações, corrigido mensalmente pela taxa selic, com término em junho de 2023.

25. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda nos processos legais como "remotos", "possíveis" ou "prováveis". A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas baseadas nas normas contábeis consideram não existirem riscos efetivos e não foram registradas provisões em 31 de dezembro de 2019.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Segue composição das provisões

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Trabalhistas (a) | 92 | 92 |
| Ações de indenização (b) | 524 | 524 |
| Outros | <u>36</u> | <u>36</u> |
| | <u><u>652</u></u> | <u><u>652</u></u> |

- (a) A provisão trabalhista refere-se a ações movidas por ex-funcionários da Companhia.
- (b) As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos pela Companhia.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 27.216 (R\$ 27.898 em 31 de dezembro de 2018) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| Tributárias | 2.267 | 20.358 |
| Ações de indenização | 24.949 | 7.540 |
| | <u><u>27.216</u></u> | <u><u>27.898</u></u> |

As ações tributárias referem-se a autos de infração e imposição de multa de ICMS.

26. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 109.058.732 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2018), no valor de R\$ 0,6143 (idêntico em 31 de dezembro de 2018) cada, pertencentes aos seguintes acionistas:

| | <u>2019</u> Participação | <u>2018</u> Participação |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Henry Visconde | 99,999999% | 99,999999% |
| Illan Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. | <u>0,000001%</u> | <u>0,000001%</u> |
| | <u><u>100,00%</u></u> | <u><u>100,00%</u></u> |

b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (c).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76.

27. Receita operacional líquida

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Receita de venda de veículos novos | 161.680 | 160.096 | 393.347 | 274.928 |
| Receita de venda de veículos usados | 36.108 | 36.501 | 91.617 | 77.184 |
| Receita da oficina | 27.154 | 34.366 | 54.405 | 51.814 |
| Receita de venda de motos novas | 14.917 | 10.114 | 21.155 | 31.073 |
| Receita de bônus das concessionárias | 6.612 | 10.923 | 12.676 | 15.578 |
| Receitas de agregados | 7.138 | 7.815 | 10.923 | 7.668 |
| Receitas de venda de peças e acessórios | 6.054 | 4.646 | 11.047 | 12.735 |
| Receita de venda de motos usadas | 1.621 | 1.731 | 2.667 | 5.008 |
| Total da receita bruta | 261.284 | 266.192 | 597.837 | 475.988 |
| Menos: | | | | |
| Cofins sobre venda | (2.982) | (3.950) | (4.410) | (6.116) |
| ICMS sobre venda | (3.003) | (3.750) | (4.471) | (4.614) |
| IPI sobre venda | (3.623) | (3.079) | (3.629) | (3.079) |
| PIS sobre venda | (635) | (843) | (945) | (1.313) |
| ISS sobre serviços prestados | (305) | (431) | (856) | (739) |
| Devoluções | (344) | (250) | (683) | (572) |
| Total devoluções e impostos | (10.982) | (12.303) | (14.994) | (16.433) |
| Total de receita | 250.392 | 253.889 | 582.843 | 459.555 |

As receitas operacionais da Companhia e suas controladas são oriundas das vendas de veículos e motocicletas novos e usados, peças e acessórios e serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores. Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência.

28. Custos por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Custos | | | | |
| Custo de venda de veículos novos | (146.228) | (147.784) | (376.069) | (250.092) |
| Custo de venda de veículos usados | (32.929) | (33.491) | (68.503) | (70.476) |
| Custo da oficina | (17.832) | (21.476) | (33.368) | (35.631) |
| Custo de venda de motos novas | (13.867) | (9.118) | (19.803) | (28.279) |
| Custos de venda de peças e acessórios | (4.670) | (3.636) | (7.727) | (9.848) |
| Custo de venda de motos usadas | (1.450) | (1.577) | (2.473) | (4.613) |
| Total | (216.976) | (217.082) | (507.943) | (398.939) |

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

29. Despesas comerciais por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Despesa com salários e encargos | (4.665) | (6.774) | (10.447) | (10.875) |
| Outras despesas | (3.295) | (2.977) | (7.825) | (5.072) |
| Despesa com comissão de vendas | (1.851) | (1.827) | (4.197) | (3.357) |
| Despesa com publicidade e propaganda | (1.122) | (1.024) | (1.792) | (1.455) |
| Despesa com eventos | (645) | (813) | (1.639) | (1.255) |
| Despesa com fretes e carretos | (141) | (265) | (981) | (773) |
| | <u>(11.719)</u> | <u>(13.680)</u> | <u>(26.881)</u> | <u>(22.787)</u> |

30. Despesas gerais e administrativas por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Despesa com aluguéis | (840) | (5.486) | (1.533) | (9.393) |
| Outras despesas | (5.645) | (5.197) | (7.855) | (6.836) |
| Despesa com depreciação e amortização | (6.886) | (4.276) | (12.498) | (5.034) |
| Despesa com salários e encargos | (2.208) | (2.960) | (4.384) | (3.863) |
| Despesa com consultoria e assessorias | (1.827) | (2.664) | (4.236) | (3.332) |
| Despesa com telefonia e dados | (937) | (1.157) | (1.337) | (1.529) |
| Despesa com manutenção e conservação | (487) | (544) | (795) | (723) |
| Despesa com energia elétrica | (486) | (536) | (865) | (776) |
| Despesa com segurança | (289) | (466) | (469) | (627) |
| Despesa com taxa e emolumentos | (128) | (86) | (213) | (137) |
| Despesa com limpeza | (134) | (68) | (177) | (80) |
| Despesa com material de consumo | (43) | (23) | (48) | (51) |
| | <u>(19.910)</u> | <u>(23.463)</u> | <u>(34.410)</u> | <u>(32.381)</u> |

31. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Outras receitas (i) | 733 | 4 | 763 | 49 |
| Ganho ou perda de capital (ii) | 90 | 9.555 | 1.341 | 9.453 |
| | <u>823</u> | <u>9.559</u> | <u>2.104</u> | <u>9.502</u> |

(i) Refere-se à reversão das provisões de crédito de liquidação duvidosa e de perda de estoque (obsoleto);

(ii) Refere-se ao ganho gerado na venda de filiais durante o exercício: (a) Em fevereiro e março de 2018, a Companhia efetivou a venda das filiais Audi e Porsche de Ribeirão Preto; e (b) Em julho de 2018, a Companhia vendeu a filial McLaren para a empresa BBAG Comércio de Veículos Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

32. Receitas (despesas) financeiras líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Juros sobre financiamentos e debêntures | (10.633) | (9.721) | (13.543) | (10.292) |
| Perdas em derivativos | (2.519) | - | (2.519) | - |
| Impostos sobre operações financeiras | (1.054) | (1.285) | (1.731) | (1.649) |
| Despesas bancárias | (1.013) | (1.220) | (1.639) | (1.670) |
| Descontos concedidos | (103) | (1.183) | (401) | (1.450) |
| Variação cambial | (2) | (40) | (2) | (41) |
| | <u>(15.324)</u> | <u>(13.449)</u> | <u>(19.835)</u> | <u>(15.102)</u> |
| Receitas financeiras | | | | |
| Juros e multas recebidos | 58 | 1.567 | 148 | 1.574 |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 303 | 109 | 360 | 138 |
| Descontos obtidos | 172 | 89 | 196 | 95 |
| Variação cambial | 37 | 280 | 67 | 281 |
| | <u>570</u> | <u>2.045</u> | <u>771</u> | <u>2.088</u> |
| | <u>(14.754)</u> | <u>(11.404)</u> | <u>(19.064)</u> | <u>(13.014)</u> |

33. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Controladora | | | | | | | |
|--|--------------------------|------------------|--------|--------|-------------|---------|---------|--------|
| | Valor contábil | | | | Valor justo | | | |
| | Designado ao valor justo | Custo amortizado | Outros | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| 31 de dezembro de 2019 | | | | | | | | |
| Ativos financeiros não mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8.756 | - | - | 8.756 | | | | |
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | - | 8.250 | - | 8.250 | | | | |
| Passivos financeiros mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | 56.725 | - | 56.725 | - | 56.725 | - | 56.725 |
| Debêntures | - | 37.934 | - | 37.934 | - | 37.934 | - | 37.934 |
| Passivos financeiros não mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | 24.100 | - | 24.100 | | | | |
| 31 de dezembro de 2018 | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | Valor contábil | | | | Valor justo | | | |
| | Designado ao valor justo | Custo amortizado | Outros | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Ativos financeiros não mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.501 | - | - | 5.501 | | | | |
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | - | 11.430 | - | 11.430 | | | | |
| Passivos financeiros mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | 53.913 | - | 53.913 | - | 53.913 | - | 53.913 |
| Debêntures | - | 38.605 | - | 38.606 | - | 38.605 | - | 38.605 |
| Passivos financeiros não mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | 29.977 | - | 29.977 | | | | |

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Consolidado | | | | | | | |
|--|--------------------------|------------------|--------|-------------|---------|---------|---------|--------|
| | Valor contábil | | | Valor justo | | | | |
| | Designado ao valor justo | Custo amortizado | Outros | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| 31 de dezembro de 2019 | | | | | | | | |
| Ativos financeiros não mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 11.510 | - | - | 11.510 | | | | |
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | - | 18.601 | - | 18.601 | | | | |
| Passivos financeiros mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | 82.716 | - | 82.716 | - | 82.716 | - | 82.716 |
| Debêntures | - | 37.934 | - | 37.934 | - | 37.934 | - | 37.934 |
| Passivos financeiros não mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | 54.143 | - | 54.143 | | | | |

| | Consolidado | | | | | | | |
|--|--------------------------|------------------|--------|-------------|---------|---------|---------|--------|
| | Valor contábil | | | Valor justo | | | | |
| | Designado ao valor justo | Custo amortizado | Outros | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| 31 de dezembro de 2018 | | | | | | | | |
| Ativos financeiros não mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8.593 | - | - | 8.593 | | | | |
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | - | 16.959 | - | 16.959 | | | | |
| Passivos financeiros mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | 63.493 | - | 63.493 | - | 63.493 | - | 63.493 |
| Debêntures | - | 38.605 | - | 38.605 | - | 38.605 | - | 38.605 |
| Passivos financeiros não mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | 52.508 | - | 52.508 | | | | |

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e de suas controladas, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e de suas controladas.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|----------------|--------|----------------|--------|
| | | Valor contábil | | Valor contábil | |
| | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 10 | 8.756 | 5.501 | 11.510 | 8.593 |
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | 11 | 8.250 | 11.430 | 18.601 | 16.959 |

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de caixa de R\$ 11.510 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 8.593 em 31 de dezembro de 2018), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

O saldo de provisão para perdas por valor recuperável (impairment) não movimentou para este período sendo o total no montante de R\$ 738 (R\$ 1.023 em 31 de dezembro de 2018).

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia e suas controladas acreditam que os montantes que não sofrem perda de redução no valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento.

A Companhia e suas controladas acreditam que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações contábeis para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| A vencer | 6.771 | 8.139 | 8.325 | 9.282 |
| Vencidos: | | | | |
| De 1 a 30 dias | 1.319 | 2.782 | 9.997 | 6.986 |
| De 31 a 60 dias | 59 | 66 | 151 | 188 |
| De 61 a 90 dias | 78 | 165 | 86 | 195 |
| De 91 a 180 dias | 12 | 201 | 30 | 212 |
| Acima de 181 dias | 749 | 1.100 | 750 | 1.119 |
| | 8.988 | 12.453 | 19.339 | 17.982 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (738) | (1.023) | (738) | (1.023) |
| | <u>8.250</u> | <u>11.430</u> | <u>18.601</u> | <u>16.959</u> |

A realização do crédito do contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e a Companhia e suas controladas consideram o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão para crédito de liquidação duvidosa em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos vencidos há mais de 90 dias, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela administração.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, 60 dias para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito nos bancos parceiros.

Em eventuais insuficiências de capital de giro, as obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas serão liquidadas mediante aporte de recursos próprios ou de partes relacionadas.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

| Controladora | | | | | | | | |
|------------------------------|----------|------------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | Valor | Fluxo | 12 | 13 a 24 | 25 a 36 | 37 a 48 | 49 a 60 | 61 a 75 |
| 31 de dezembro de 2019 | Contábil | de caixa | meses | meses | meses | meses | meses | Meses |
| | | contratual | | | | | | |
| Fornecedores | 24.100 | 24.100 | 24.100 | - | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 56.275 | 61.076 | 42.456 | 2.388 | 15.642 | 590 | - | - |
| Debêntures | 37.934 | 40.655 | 18.697 | 8.075 | 7.721 | 6.162 | - | - |
| | | | | | | | | |
| | Valor | Fluxo | 12 | 13 a 24 | 25 a 36 | 37 a 48 | 49 a 60 | 61 a 93 |
| 31 de dezembro de 2018 | Contábil | de caixa | meses | meses | Meses | meses | meses | Meses |
| | | contratual | | | | | | |
| Fornecedores | 29.977 | 29.977 | 29.977 | - | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 53.913 | 61.625 | 30.105 | 3.457 | 2.309 | 25.754 | - | - |
| Debêntures | 38.605 | 49.962 | 6.043 | 12.504 | 11.774 | 11.026 | 8.615 | - |
| | | | | | | | | |
| Consolidado | | | | | | | | |
| | Valor | Fluxo | 12 | 13 a 24 | 25 a 36 | 37 a 48 | 49 a 60 | 61 a 75 |
| 31 de dezembro de 2019 | Contábil | de caixa | meses | meses | meses | meses | meses | Meses |
| | | contratual | | | | | | |
| Fornecedores | 54.143 | 54.143 | 54.143 | - | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 82.716 | 93.290 | 59.057 | 4.612 | 29.031 | 590 | - | - |
| Debêntures | 37.934 | 40.655 | 18.697 | 8.075 | 7.721 | 6.162 | - | - |
| | | | | | | | | |
| | Valor | Fluxo | 12 | 13 a 24 | 25 a 36 | 37 a 48 | 49 a 60 | 61 a 93 |
| 31 de dezembro de 2018 | Contábil | de caixa | meses | meses | Meses | meses | meses | Meses |
| | | contratual | | | | | | |
| Fornecedores | 52.508 | 52.508 | 52.508 | - | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 63.493 | 70.880 | 37.030 | 4.699 | 3.397 | 25.754 | - | - |
| Debêntures | 38.605 | 49.962 | 6.043 | 12.504 | 11.774 | 11.026 | 8.615 | - |

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e suas controladas vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI- Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e de suas controladas era:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|----------------|--------|----------------|--------|
| | Valor contábil | | Valor contábil | |
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Instrumentos de taxa pré-fixada | | | | |
| Fornecedores | 24.100 | 29.977 | 54.143 | 52.508 |
| Empréstimos e financiamentos | 21.554 | 10.318 | 31.040 | 17.453 |

| Risco | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|----------------|--------|----------------|--------|
| | Valor contábil | | Valor contábil | |
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Instrumentos de taxa variável | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | CDI 34.721 | 43.595 | 51.676 | 46.040 |
| Debêntures | CDI 37.934 | 38.605 | 37.934 | 38.605 |
| Arrendamentos mercantis | IGP-M 17.930 | - | 26.749 | - |

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas possuem R\$ 89.610 de debêntures e empréstimos e financiamentos indexados a taxa pós-fixada, substancialmente o CDI. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI, sendo o cenário provável a taxa média de juros efetivos em 2019. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

| Instrumentos | Exposição 31/12/2019 | Risco | Cenários | | | | | | |
|--|-------------------------|----------------------|----------|---------|------|--------------------------|------|-------------------------|--|
| | | | Provável | | | Aumento do Índice em 25% | | Aumentado Índice em 50% | |
| | | | % | Valor | % | Valor | % | Valor | |
| Passivos Financeiros - Financiamentos | (51.676) | Aumento CDI | 5,96 | (3.080) | 7,45 | (3.850) | 8,94 | (4.620) | |
| Passivos Financeiros - Debêntures | (37.934) | Aumento CDI Pré-Over | 4,40 | (1.669) | 5,50 | (2.086) | 6,60 | (2.504) | |
| Total dos passivos financeiros | (89.610) | *** | | (4.749) | | (5.936) | | (7.124) | |
| Impacto no resultado e no patrimônio líquido | | | | | | (1.187) | | (2.375) | |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

| Instrumentos | Exposição 31/12/2019 | Risco | Cenários | | | | | |
|--|-------------------------|----------------------|----------|-------|--------------------------|-------|--------------------------|-------|
| | | | Provável | | Redução do Índice em 25% | | Redução do Índice em 50% | |
| | | | % | Valor | % | Valor | % | Valor |
| Passivos Financeiros - Financiamentos | (51.676) | Redução CDI | 5,96 | 3.080 | | 2.310 | | 1.540 |
| Passivos Financeiros - Debêntures | (37.934) | Redução CDI Pré-Over | 4,40 | 1.669 | | 1.252 | | 834 |
| Total dos passivos financeiros | (89.610) | *** | | 4.749 | | 3.562 | | 2.374 |
| Impacto no resultado e no patrimônio líquido | | | | | | 1.187 | | 2.375 |

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

34. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1
De alavancagem financeira(*) Maior que 1

- (*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0 indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|----------|-------------|---------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Ativo circulante | 44.922 | 53.841 | 96.883 | 92.571 |
| Passivo circulante | 80.917 | 63.542 | 137.054 | 100.067 |
| Índice de liquidez | 0,56 | 0,86 | 0,71 | 0,93 |
| Resultado do exercício | (6.813) | (1.560) | (5.590) | 755 |
| Patrimônio líquido | (19.293) | (12.480) | (9.431) | (4.331) |
| RPL (retorno sobre o patrimônio líquido) | 0,35 | 0,13 | 0,59 | (0,17) |
| Resultado do exercício | (6.813) | (1.560) | (5.590) | 755 |
| Ativo total | 120.774 | 118.274 | 205.736 | 165.948 |
| RAT (retorno sobre o ativo total) | (0,06) | (0,01) | (0,03) | 0,00 |
| GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT | (5,83) | (13,00) | (19,67) | - |

35. Eventos subsequentes

(a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em janeiro de 2020, a acionista minoritária, ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda., realizou um AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital) no valor de R\$ 7 milhões na Companhia, que será convertido em capital social no segundo trimestre de 2020.

Com esse recurso, a Companhia quitou antecipadamente parte do saldo devedor das debêntures.

(b) Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Contábeis

Em atendimento ao CPC 24 - Evento Subsequente, a Administração da Companhia e suas controladas informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas nas operações, como queda no volume de vendas e aquisição de veículos para revenda, por exemplo, que possam estar relacionadas a um reflexo da epidemia do Coronavírus.

Desta forma, neste momento não é possível estimar quais os riscos e incertezas aos quais a Companhia e suas controladas estarão expostas no curto prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis nos negócios da Companhia e suas controladas e, ainda, para seus clientes e fornecedores (montadoras). Contudo, a Administração não descarta que os impactos na economia e mercado em geral decorrentes da pandemia do Coronavírus podem afetar adversamente as operações da Companhia e suas controladas.